

# MILITARES

## DE ESQUERDA: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ENGAJAMENTO NA LUTA ARMADA

Wilma Antunes Maciel<sup>1</sup>

Como entender a ação de militares que se engajaram na luta armada contra o regime militar? E como se tornaram militares de esquerda? Para tanto, é necessário compreender o caminho percorrido até chegarem à dissidência e ao enfrentamento do Estado.

Segundo Darcy Rodrigues, sargento do Exército no 4º Regimento de Infantaria (RI) de Quitaúna, em Osasco, para se entender a participação dos militares na luta armada contra a ditadura, é preciso buscar o significado do que foi a movimentação dos sargentos nos quartéis no final da década de 1950 e início de 1960. Ela lembra que os estatutos militares faziam restrições aos graduados (subtenentes e sargentos), os quais não podiam se casar antes de completar cinco anos de serviço nem andar em trajes civis, e só podiam se profissionalizar depois de cinco anos.

E mais: os que já eram profissionais, muitos próximos dos 40 anos, não tinham os mesmos direitos que os jovens recém-saídos da academia militar. Para mudar essa situação, os sargentos começaram a se reunir, com o objetivo de modificar os estatutos militares. Darcy enfatiza que “inicialmente o movimento era pura e simplesmente corporativo. O desenvolvimento dessa organização fez com que surgisse a convicção de que, para mudar os estatutos e a legislação, nós teríamos que ter participação no Poder Legislativo. Para quê? Para mudar as leis”<sup>2</sup>.

A conscientização política dos militares, além da percepção da necessidade de concorrer aos cargos representativos nas câmaras e assembleias, tem seu ponto alto com outro acontecimento: com o *slogan* “sargento também é povo fardado”, em 1961, engajam-se na luta para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros. No início dos anos 1960, em meio ao avanço dos movimentos populares, os suboficiais e sargentos das três Forças também se organizaram pela democratização dos regulamentos militares e reivindicações políticas, como o direito ao voto. A tentativa dos ministros militares de impedir a posse de João Goulart marca esse momento de politização e explosão de consciência dos sargentos, que se uniram aos soldados e cabos na defesa da Constituição. O subtenente do Exército, Jelcy Rodrigues Corrêa, lembra que:

Em 1961, quando os ministros militares quiseram impedir a posse do Jango, começou uma efervescência nos quartéis, e houve um contato na Vila Militar com todos os sargentos; na época eu era 1º sargento. Um dia, depois do jantar, eu subi numa cadeira e disse para uns 300 sargentos: “Não interessa se o Jango é comunista ou não, a Constituição diz que é ele que tem que assumir. Eu jurei a Constituição, não jurei lealdade a este ou aquele general”. Todo mundo concordou. Quando terminou o jantar eu já saio preso. O major Anibal de Albuquerque disse: “Jelcy, você, que a gente considera tanto...”. Respondi: “Mas o que eu fiz de errado? Disse que concordo com a Constituição. Não fiz nenhuma indisciplina”. Me levaram para o general Paulo Torres, eu e um 2º sargento. Reafirmei que cumpria a Constituição, em nome da disciplina. Repeti o que tinha dito sobre o juramento. O outro sargento disse que fazia dele as minhas palavras. Então, entrou na sala um subtenente e disse: “General, se o senhor não soltar os dois sargentos agora, a tropa não obedece mais o comando”. Fomos soltos; o sargento Itamar me disse: “Isso não é coisa de sargento, isso foi coisa de cabos e soldados”<sup>3</sup>.

Segundo Paulo Schilling, o movimento dos sargentos foi fundamental, pois, atendendo ao chamado de Brizola por meio da cadeia da legalidade e co-

laborando com a oficialidade progressista, conseguiram deter grande número de unidades nas regiões do país. No Rio Grande do Sul, segundo conta:

Com alguns oficiais nacionalistas e legalistas, os sargentos tinham conseguido dominar uma a uma praticamente todas as unidades do III Exército. Tudo o que se seguiu de 1961 a 64, e depois com Caparaó, nasce nesse momento no Rio Grande do Sul. Foi o romper político dos sargentos. [...] Tínhamos o III Exército controlado, com a participação de alguns oficiais, mas fundamentalmente com os sargentos. Quem tem controle da tropa, principalmente no Exército de formação democrática, o que nada tem a ver com o que aconteceu depois, são os sargentos<sup>4</sup>.

O sargento do Exército Jacques D'Ornellas afirma que essa tomada de posição dos sargentos foi possível porque havia um trabalho político. Os sargentos do 18º RI de Porto Alegre se posicionaram contra os oficiais. Na unidade em que ele servia no Rio de Janeiro, decidiram que, se fossem mandados para o sul, em vez de combater, iriam aderir ao III Exército<sup>5</sup>, pois, também,

[...] havia uma ideia de que, para reprimir a população de um estado, se deveria usar a tropa de outro estado. A minha unidade estava ganha e trouxe mais oficiais para o nosso lado. Nosso comandante-coronel era marxista, comunista e estava com o Jango, era o Marcelo Pires Cerveira Júnior<sup>6</sup>.

Em 1961, também seria fundado o Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, tendo como presidente o 1º sargento da Aeronáutica, Antonio Prestes de Paula, que veio a ser um dos responsáveis pelo desmonte da chamada Operação Mosquito. Mesmo depois da negociação da emenda parlamentarista, aprovada pela Câmara, e da autorização das Forças Armadas para a vinda do vice João Goulart, de Porto Alegre, para a posse em Brasília, o deputado Pascoal Ranieri Mazzili recebera um comunicado de que oficiais da Aeronáutica estavam dispostos a impedir o desembarque de Goulart.

De acordo com depoimento do sargento Amadeu Felipe ao jornalista José Caldas Costa, o sargento Prestes de Paula, que era da área administrativa, descobriu o plano e, por meio de contatos no Clube dos Sargentos, ele, soldados, cabos e sargentos desarmaram os aviões tirando as peças, impedindo que levantassem voo<sup>7</sup>.

Jango, depois que tomou posse, ficou sabendo que devia a vida aos praças e a Prestes de Paula. Mandou chamá-lo e se dispôs a ajudar os sar-

gentos no que fosse preciso; passou a ter comunicação direta com eles e ofereceu a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para que lançassem suas candidaturas<sup>8</sup>.

Os sargentos continuavam no processo de politização. O sargento Jacques D'Ornellas conta que havia repressão, mas eles tinham um trabalho consolidado quando se candidatou para uma chapa nas eleições do Clube dos Sargentos e Subtenentes e viajou como civil, sem autorização, para fazer campanha no Nordeste. Ele foi reconhecido e ficou preso durante vinte dias na Polícia do Exército. Cumpriu a pena e depois prosseguiu com a campanha. O que queriam os sargentos?

O que queríamos era apoiar as reformas de base do Jango, a reforma agrária, o controle da remessa de lucros, e ficar preso fazia parte do processo. Se queríamos mudar o regime, e continuamos querendo, tínhamos que ficar presos; prejudicava as promoções, mas fazia parte<sup>9</sup>.

O movimento dos sargentos continuava se fortalecendo desde a participação na campanha da legalidade pela posse de Jango e, em 1962, lançou candidatos próprios para a Câmara Federal, para as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Os sargentos se candidataram, pois a Constituição Federal de 1946, no artigo 132, permitia o direito de voto, embora o artigo 138 restringisse. Na Guanabara, o sargento do Exército, Antonio Garcia Filho, foi eleito deputado federal e tomou posse. No Rio Grande do Sul, o sargento do Exército, Almoré Zoch Cavalheiro, candidato a deputado estadual, e, em São Paulo, o sargento do Exército, Edgar Nogueira Borges, candidato a vereador, foram eleitos e impedidos de tomar posse. Iniciou-se, então, uma mobilização pela elegibilidade dos sargentos.

Sobre a resistência em aceitar que os sargentos se tornassem parlamentares, o sargento Darcy Rodrigues afirma que houve um mal-estar nas Forças Armadas em razão da condição de igualdade em que estariam sargentos e generais no parlamento, pois “[...] alguns generais detinham poder eletivo e se negavam a chamar os sargentos de ‘excelência’. Foi um trauma, todos os oficiais se negando a considerar um sargento, excelência”<sup>10</sup>. Apesar de toda a mobilização, com manifestações e protestos, a sentença do Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pelo impedimento de posse e inelegibilidade de suboficiais, sargentos e cabos.

## **A Revolta dos Sargentos de Brasília**

Por que se revoltaram os sargentos? Por que era tão importante a questão da elegibilidade? Cabe também indagar o porquê da proibição de suas

candidaturas. A maioria dos estudos sobre o período, ou mais especificamente das lutas sociais no início da década de 1960, cita a radicalidade do movimento como reação à decisão do STF, condenada muitas vezes pelos próprios militares de esquerda, ou nacionalistas; no entanto, há sempre a lembrança da justeza da causa.

Na consulta nos arquivos do Brasil: Nunca Mais aos processos, instaurados contra os sublevados, foi possível levantar alguns aspectos. No processo BNM 140, iniciado no final de 1963, o movimento foi considerado uma revolta, organizada por um grupo de sargentos que seria os “cabeças”, e o principal líder seria o sargento da Aeronáutica Prestes de Paula, sobre o qual recaiu toda a responsabilidade. A Justiça Militar se negou a declará-lo um movimento político, considerando-o crime militar.

Um dado importante sobre as motivações da revolta é o que os sargentos esperavam conseguir com os mandatos de seus representantes. É uma longa lista de reivindicações, tanto internas (plano de carreira, códigos de disciplina, ingerência na vida civil, proibições que demarcavam a divisão social entre praças e oficiais), como externas, em torno dos problemas nacionais – basicamente as reformas de base –, e aqui há uma ambiguidade em relação à defesa da legalidade em 1961.

Nas primeiras campanhas políticas, como na do sargento Garcia Filho, em seus panfletos aparecia a afirmação: “Sargento também é povo e garantia de legalidade”. Em 1963, na campanha do sargento do Exército Edgar Nogueira Borges, o tom é outro e se pede: “[...] ‘a reforma da Constituição para as reformas de estrutura’ aparecia – a ‘R (sic) brasileira’. Assim mesmo, o ‘R’, como a escancarar o tabu construído em torno do indizível: a Revolução”<sup>11</sup>.

Entretanto, o levante dos sargentos, para a maioria dos participantes, parece mais ligado à expectativa frustrada da impossibilidade de representação parlamentar, que era a forma pretendida para a resolução dos graves problemas internos que enfrentavam. Mas, note-se, “parece”, pois, no que diz respeito às reivindicações externas, a ambiguidade permanece, como veremos em alguns depoimentos e documentos encontrados em poder dos revoltosos.

O movimento iniciou-se na madrugada do dia em que chegou o resultado da decisão do STF, qual seja, do dia 11 para 12 de setembro de 1963. Os sargentos, sob o comando de Prestes de Paula, invadiram o setor de Material Bélico da Guarnição da Aeronáutica, prenderam os oficiais, deram ordens aos soldados e cabos para que se armassem e se colocassem sob seu comando. O movimento contou com a adesão da tropa da Marinha e foram ocupadas a Central Telefônica e o Serviço de Patrulha do Departamento Federal de Segurança Pública. De posse das viaturas, eles obstruíram rodovias e prenderam um ministro do Superior Tribunal Federal<sup>12</sup>.

No Termo de Inquirição de Testemunha, o ministro Victor Nunes Leal informou que um dos oficiais detidos na Base Aérea afirmara “[...] que os sublevados pretendiam tomar o poder e formar um governo popular nacionalista”<sup>13</sup>. Vários oficiais declararam que, ao serem presos, o sargento Prestes de Paulas informou que se tratava de um movimento de âmbito nacional em repúdio à decisão do Supremo. O 1º tenente Ronan Gonçalves, da Guarnição da Aeronáutica, declarou que era o oficial do dia e que, quando ia sair, deparou-se com o sargento Prestes, armado de metralhadora, informando-o que:

[...] toda a Base já estava tomada e sob seu comando [...] que tal movimento não era contra os oficiais, sentindo-se deprimido em tomar aquela atitude; que o sargento Prestes convidou o depoente a ir preso para o cassino dos sargentos, ocasião em que acrescentou o referido sargento que esperava que não houvesse reação por parte do depoente, porquanto o movimento era “para valer” e se necessário sacrificaria a própria vida; [...] o sargento Prestes reuniu todos os oficiais no cassino, a fim de prestar alguns esclarecimentos [...] o movimento era de âmbito nacional, como também visava a queda ou modificação do regime, como seja: substituição do Chefe da Nação, visto como o mesmo não atendia as reivindicações da classe, bem como seriam também feitos [sic] as substituições dos altos dirigentes da Nação, como também seria feita uma filtragem dos elementos que realmente atendessem os interesses do povo [...]”<sup>14</sup>.

Outros oficiais também declararam ter recebido a mesma informação dos sargentos sobre os objetivos do movimento, mas, com o tempo passando e com os tanques do Exército se aproximando, formou-se uma comissão com o comandante do Exército, o tenente Ronan e o sargento Maia. Os rebelados aceitaram depor as armas, “[...] pois caso contrário o Exército marcharia e ocuparia a Base”<sup>15</sup>.

O movimento não havia eclodido em todo o país; os comunicados que avisavam o início da revolta foram interceptados, sob várias versões: a de que o técnico civil, ao comunicar as unidades do país, também enviou para o Estado-Maior da Aeronáutica, ou que o operador emitiu em circuito fechado de modo a ser recebido pelo Gabinete do Ministro. O Batalhão da Guarda Presidencial do Exército também não aderiu e, ao final, quase todos foram presos e enviados para o navio-presídio Raul Soares, na Baía de Guanabara. Depois do levante, com centenas de militares presos, o movimento dos sargentos recuou e outro passou a ganhar destaque, o dos marinheiros.

## **O movimento dos marinheiros**

Fundada em 25 de março de 1962, a Associação dos Marinheiros e

Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), além da luta pelos direitos civis, reivindicava o fim dos castigos humilhantes e um tratamento mais humano. Na Associação, sempre se alternaram duas correntes: uma de conciliação e outra combativa. A primeira procurava um relacionamento de colaboração com os oficiais e a segunda era mais independente.

No início, a Associação desempenhou uma função assistencialista, mas, a partir da segunda diretoria, mantendo contatos, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e com sindicatos, tornou-se mais política, passando a pleitear o reconhecimento do Ministério da Marinha. A dificuldade de conseguir a aceitação do Estado-Maior da Armada no encaminhamento dos problemas, o não reconhecimento da entidade pelo Almirantado e a perseguição às suas lideranças levaram os marinheiros à politização e a serem mais combativos.

A maioria dos filiados constituía-se de jovens propensos às novas ideias e chocados com a realidade da vida nos navios, muito diferente da expectativa que tinham quando ingressaram na Escola de Aprendizes de Marinheiro<sup>16</sup>. Em outubro de 1963, com a prisão do presidente e do vice, José Anselmo dos Santos e Avelino Bioen Capitani, respectivamente, o jornal *A Tribuna do Mar* chamava a atenção para o papel do militar na sociedade:

[...] é indispensável modificar este velho ponto de vista do “militar disciplinado” e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas dela são os de seus pais e irmãos. [...] o militar tem que estar atento a todos estes, do contrário ficará relegado a simples objeto de opressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por esse pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?<sup>17</sup>

Esta busca de consciência dos marinheiros vinha sendo demonstrada pela solidariedade a outros movimentos sociais, como o das Ligas Camponesas. Quando o batalhão de fuzileiros de Brasília recebeu ordens de reprimir um acampamento em Goiás, eles avisaram antes a Associação, que repassou a informação a Francisco Julião, líder das Ligas, pedindo para que deixassem o local; por sua vez, os fuzileiros retardaram ao máximo a ação, evitando assim o confronto com os camponeses. Em setembro de 1963, quando ocorreu a Revolta dos Sargentos, a Associação dos Marinheiros também esteve ao lado deles.

O embate entre a Marinha e a AMFNB aconteceu na comemoração do segundo aniversário da entidade, na última semana de março de 1964. A assembleia comemorativa, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, acabou sendo transformada em manifestação; o Corpo de Fuzileiros enviado para reprimir a assembleia depôs as armas e a ela aderiu. Entretanto, os marinheiros

que estavam embarcados no cruzador Tamandaré ficaram sabendo do ocorrido e decidiram se dirigir ao sindicato, para se unirem aos colegas. Os oficiais do navio impediram a saída dos marinheiros. No sindicato, chegou a notícia de que os dirigentes da Associação haviam sido presos, pois a comemoração fora proibida pelo ministro Sylvio Mota. Além disso, marinheiros estavam sendo presos nos navios e outros, quando se encaminhavam para lá, foram alvejados por tiros de metralhadoras vindos do Ministério da Marinha. Diante do ocorrido, os marinheiros declararam-se em assembleia permanente, até que fossem reconhecidos pela Marinha e seus companheiros, soltos.

Com a crise instalada, o ministro da Marinha se demitiu e o presidente Goulart negociou e mandou soltar as lideranças da prisão. O presidente nomeou, como ministro, o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que tinha a confiança dos marinheiros. Todos foram anistiados, pois o novo ministro afirmou que a rebeldia dos marinheiros era resultado das arbitrariedades dos oficiais e todos teriam igual tratamento: almirantes e marinheiros seriam, todos, punidos ou anistiados.

A anistia para os marinheiros duraria pouco tempo. Avelino Capitani, um dos dirigentes que estava preso, afirma que, em virtude dos acontecimentos no Sindicato, o clima era tenso entre oficiais e praças e, com a atitude que tiveram os fuzileiros, concretizara-se a unidade dos soldados do mar e da terra:

A hierarquia fora rompida oficialmente, a rebelião estava caracterizada. As ideias da associação haviam penetrado profundamente na tropa de elite do Corpo de Fuzileiros Navais. Esse fato deu mais ânimo e confiança aos marinheiros rebelados e abalou profundamente a estrutura, a hierarquia da Marinha<sup>18</sup>.

A organização dos processos instaurados em 1964 contra militares mostra que a maioria recaiu sobre os integrantes da Marinha, mesmo tendo um contingente menor que o Exército. A explicação é que “[...] onde melhor penetraram a propaganda e mobilizações em defesa das chamadas Reformas de Base, durante o Governo Goulart, foi na Marinha, particularmente pela ação da AMFNB, em aparente desafio a dispositivos retrógrados dos códigos de disciplina militar”<sup>19</sup>.

## O golpe de Estado

Antes de terminar o mês de março, havia ainda outro aniversário, o do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, e os suboficiais e praças resolveram homenagear o presidente Goulart organizando a comemoração no



Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Apesar da tensão existente, Jango comparece e, no seu discurso, pede aos

[...] senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. [...] os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes é traçado é o caminho que me foi traçado também<sup>20</sup>.

Para se entender o processo e significado das lutas dos militares, iniciado no pré-1964 e, depois, contra o regime militar, é importante registrar que todos se dispuseram e se prepararam para resistir ao golpe. No Exército, o general Luiz Tavares da Cunha Melo, comandante da 1ª Divisão de Infantaria de Niterói, organizou uma brigada para enfrentar a tropa que vinha de Minas Gerais. Quando o grupamento do general Mourão aproximava-se do Vale do Paraibuna, ficou parado embaixo da torre do Paraibuna. Segundo o sargento Amadeu Felipe, não podiam andar e temiam ser atacados, pois estavam sem munição, uma vez que os sargentos de Juiz de Fora haviam feito um boicote, tirando toda a munição<sup>21</sup>.

O sargento do Exército José Araújo da Nóbrega, que servia numa unidade no bairro da Lapa, em São Paulo, conta que: “[...] vieram várias unidades do Rio que iam combater o III Exército. Essas tropas ficavam acantonadas no meu quartel e fizemos sabotagens nos tanques; atendendo o chamamento do Brizola pela rádio Guaíba, colocávamos açúcar no lugar do combustível”<sup>22</sup>. Da mesma forma, na Aeronáutica, os pilotos que estavam nos aviões da base de Santa Cruz fizeram contato com o brigadeiro Francisco Teixeira e pediram autorização para lançar bombas no grupamento do general Mourão, mas ele afirmou que era preciso esperar ordem do presidente.

Em São Paulo, o sargento Darcy Rodrigues estava no 4º RI, grupo tático do II Exército, e relata que:

No golpe, eu desço com as tropas para o sul, nós ainda não tínhamos uma visão absoluta do que ia acontecer. Achamos que ia haver uma resistência, como em 1961, por parte do III Exército. Chegamos a esboçar um tipo de posição: e se houver resistência? Aquele pessoal do Sul está defendendo a Constituição. E o nosso juramento à bandeira? Nós juramos defender os poderes constituídos, a ordem, a lei, e o que estamos fazendo? Estamos depondo um presidente, não estamos cumprindo uma das partes do nosso juramento, que é defender os poderes constituídos, não estamos defendendo a ordem, estamos

invertendo a situação de mando do país, estamos contrariando toda a definição constitucional do país, e, se nós estamos participando de um grupamento que está indo para o sul e que pode encontrar uma reação, nada mais justo do que aderirmos a essa reação<sup>23</sup>.

Essa decisão já tinha sido discutida pelos sargentos do 4º Regimento de Infantaria. Na noite anterior, houvera uma reunião, com cerca de 40 sargentos, no Ginásio do Ibirapuera e fora acertado que, se houvesse resistência, iriam aderir. Conforme explica Darcy, “[...] não houve resistência. A situação se consolida e o golpe é vencedor”<sup>24</sup>.

Para os militares que vinham se organizando em associações e apoiavam abertamente o governo e as reformas de base, a resistência ao golpe era algo natural, eles esperavam repetir o movimento de 1961; no entanto, se resistissem, teriam uma chance de saírem vencedores, pois, se o golpe se concretizasse, sabiam que eles não seriam perdoados pelos vencedores. Além da preocupação em relação à categoria, estavam envolvidos numa luta política mais ampla. Apesar de todas as possibilidades existentes, na opinião dos militares, e de sua disposição, a resistência não aconteceu: o I Exército, que deveria combater, aderiu aos golpistas e marchou sobre o Rio de Janeiro, da mesma maneira que o II Exército e a Polícia Militar (PM) paulista marcharam sobre o Rio. Era 1º de abril e o golpe de Estado se concretizou.

Para os participantes dos movimentos de militares, o golpe representou mais que um rompimento na mobilização e na participação política, pois seguiu-se um processo de cassações e prisões em todas as Forças. Na Marinha, cerca de 1.500 marinheiros foram expulsos, incluindo todos os dirigentes da AMFNB e os 26 fuzileiros que aderiram à revolta de 26 de março. A Associação desapareceu e a sua diretoria entrou para a clandestinidade, passando a integrar as organizações armadas.

No que diz respeito ao nosso trabalho, o importante é destacar que a participação política dos militares de esquerda não pode ser considerada uma consequência direta do golpe civil-militar. Não há como negar que os movimentos dos militares de baixa patente causavam temor na alta oficialidade, uma vez que o contato que o presidente estabelecia com os sargentos e com os marinheiros gerava descontentamento e abalava os pilares da disciplina e da hierarquia. A quebra da hierarquia era sentida não somente pelas Forças Armadas, como também por setores dominantes da sociedade, com o crescimento da participação popular.

Mesmo que considerássemos somente o aspecto militar, ainda assim não seria uma reação ao movimento dos subalternos. O general de divisão Octávio Costa lembra que, desde que o vice João Goulart assumiu,

[...] inauguramos aquele parlamentarismo capenga, que pouco durou, e a frustração militar tornou-se evidente. Veio para livrar a cara dos chefes militares, mas estes saíram do episódio bastante machucados. Então, de certa maneira, 64 é a continuação de 61. Além de estar relacionada com toda aquela preparação militar contra essa nova forma de ameaça, a guerra interna, 1964 era uma resposta a 1961. [...] O movimento militar de 64 teve duas características básicas: foi a revanche de 61 e também da doutrinação político-militar contrarrevolucionária<sup>25</sup>.

O sociólogo Florestan Fernandes, quando analisa a natureza das ditaduras militares, referindo-se aos anos 1960, afirma que elas não são decorrência da modernização dos exércitos nem decisão dos militares em função de interesses próprios às Forças Armadas. A irrupção desses golpes militares na América Latina e, sobretudo, no Brasil surge “como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses criada pelo capitalismo dependente, num período de reorganização na América Latina”<sup>26</sup>. Segundo o autor, as sociedades capitalistas fazem uso político das forças militares, transformando-as em “braço armado da burguesia”. Aponta ainda “[...] que, de 1930 a 1965, os países latino-americanos sofreram cento e um golpes militares de Estado com êxito”<sup>27</sup>.

O que se pretende argumentar é que as manifestações dos sargentos e dos marinheiros, bem como a dos oficiais nacionalistas e legalistas, inseriram-se num movimento mais amplo de lutas sociais e disputa pelo poder político-econômico, tencionado pela Guerra Fria. Os golpistas civis e militares podiam ter como justificativa a interpretação de que as reformas democráticas eram geradoras de desordem e caos social, e que não podiam ser toleradas, pois colocavam em risco a própria democracia, levando-os a aceitarem o golpe de Estado. Entretanto, para um estudo que pretenda entender o significado histórico das lutas sociais, aceitar tal argumento implica culpar esses sujeitos sociais pela violência que sofreram, afinal, eles teriam radicalizado, excedendo-se em suas reivindicações<sup>28</sup>.

Esta tomada do Estado, excluindo-se a participação popular, segundo Florestan Fernandes, pode ser classificada como uma autocracia burguesa. As grandes corporações instalam-se no país, e as economias centrais impõem a necessidade de estabilidade econômica nos países pró-capitalistas da periferia e a repressão a protestos contra a ordem econômica, social e política, sob o lema “desenvolvimento com segurança”<sup>29</sup>. As lutas sociais dos anos 1960 e as estratégias dos grupos esquerdistas que atuaram naqueles anos, sobretudo os movimentos de sargentos e marinheiros e tudo o que se seguiu, vieram no bojo da legitimidade dessas lutas e não podem ser consideradas causa de um golpe de Estado.

## O engajamento na luta armada

No final da década de 1950 e início da de 1960, os militares de baixa patente, por meio de suas associações, experimentaram nova conscientização e participação política e passaram da luta pelos interesses imediatos para questões de interesse nacional, como as reformas de base. O significado de terem atuado como sujeitos históricos marcará a vida desses personagens. O golpe sem resistência, a frustração de não realizar a missão militar a que se julgavam destinados e a perseguição que se seguiu levarão, principalmente aqueles já conscientizados a reagir contra a ditadura.

O sargento Darcy Rodrigues relata a indignação que sentiu e que provocou sua insubordinação após o golpe.

Nos primeiros dias de abril, foi feito o chamado desfile da vitória do 4º RI; eu tive que participar do desfile da vitória contra a Constituição, contra o presidente da República, contra as leis constitucionais, imagina o que eu estava sentindo. O segundo tenente Luciano Nogueira, por orientação superior, disse que ia sentar-se ao meu lado; me aborreci, pois já estava sendo vigiado. Encostei a cabeça no banco e fingi que dormia durante todo o desfile. Isso foi uma ofensa extraordinária para esse tenente, porque eu não tinha interesse em participar do desfile cívico<sup>30</sup>.

Mesmo com as cassações, prisões e perseguições que se seguiram, os militares continuaram a se reunir. Alguns setores, de grupos que surgiram antes do golpe, achavam que a luta corporativa por mudanças nos estatutos “[...] não podia gerar um movimento que pudesse ser um aríete no poder, que golpeasse o poder realmente”<sup>31</sup>. Ainda segundo Darcy, com o descontentamento devido à derrota, surgem lideranças que se reuniam, separadas daquele movimento de massas anterior, para discutir o Brasil, as conjunturas locais, regionais e internacionais e pensar o que fazer para melhorar a situação do país.

Portanto, a participação nos grupos armados será um movimento de continuidade das lutas iniciadas no pré-1964, lembrando que já não é mais todo aquele movimento de massas anterior, rompido com o golpe. Os militares que participaram da luta armada vêm desses movimentos e organizações dentro das instituições militares, muitos influenciados pelo PCB, e começam a se articular em reuniões e contatos com militares que ainda se encontravam na ativa.

Mesmo que a maioria dos militares expulsos não tenha aderido às organizações armadas, os que aderiram o fizeram logo após o golpe. Sobre essa questão, é importante observar a entrevista que nos concedeu Pedro Lobo de

Oliveira, sargento da Força Pública de São Paulo, cassado em 1964. Perguntado sobre quando se deu sua opção pela luta armada e quem o teria levado, ele afirma:

Ninguém. Fui eu mesmo, eu e o pessoal militar, os sargentos, os que foram atingidos, caso do Onofre; quando eu saí, em 1964, já havia um entrosamento entre os sargentos da PM, do Exército, da Aeronáutica, os civis, a gente já defendia a linha da luta armada, e passamos a dar início à preparação para a resistência armada, só que não tínhamos nada, nem experiência, nem fuzil, nos reuníamos no mato. [...] Eu levava um fuzil CFO velho, e fomos nos organizando, quando se tinha um revólver, guardava, pensando na luta armada. Tinha uma espingarda, guardava. Ideologicamente, já estávamos canalizados para a luta armada<sup>32</sup>.

Marcelo Ridenti, em seu livro *O fantasma da revolução brasileira*, quando analisa a participação de militares de baixa patente nas organizações armadas, aponta que, com o golpe de 1964, os militares de baixa patente insubordinados sofreram perseguição implacável dos vencedores. Foram presos, julgados e expulsos das Forças Armadas. Somente algumas dezenas desses militares subalternos, cerca de 3% de um total de 10,9% de militares processados, vieram a se envolver com a luta armada no fim da década de 1960 e início da de 1970<sup>33</sup>. Outro grupo de militares que também aderiu à luta armada permaneceu nas Forças Armadas após o golpe. Eles só as deixaram anos mais tarde, na condição de desertores.

Portanto, a participação de militares nas organizações armadas numericamente não foi alta – 3,5% do total de denunciados nos processos da Justiça Militar pertenciam a essa categoria –, no entanto, qualitativamente foi relevante. Esses militares não participaram de um grupo específico, eles atuaram em diferentes organizações, também compostas por civis, embora em algumas delas predominassem militantes oriundos das Forças Armadas.

Sobre a importância da participação de militantes oriundos das Forças Armadas no projeto de luta armada, citamos dois exemplos encontrados na análise da historiografia. O primeiro refere-se à Política Operária (Polop), organização que já atuava no pré-1964 e, após o golpe, passou a recrutar militares de baixa patente para organizar a revolução e realizar treinamentos militares com membros da extinta Associação de Cabos e Marinheiros. Para a Polop, era importante incorporar as lutas dos militares do pré-1964 dando continuidade a seu papel estratégico na revolução. Em seu programa, a organização deixa clara a importância de retomar essa luta.

Os soldados, cabos e marinheiros das camadas pobres da população podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiões armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política<sup>34</sup>.

O segundo exemplo é a declaração do guerrilheiro Amadeu Rocha, participante e comandante urbano da guerrilha de Caparaó, que aponta a importância dos militares “em qualquer processo revolucionário”. Ele observa o grande número de generais cassados em 1964 e comenta que, durante a repressão à guerrilha na Serra de Caparaó, não foi permitido que os paraquedistas saltassem por receio de que aderissem ao movimento.

Um dos grandes erros da esquerda brasileira sempre foi o de não levar em consideração a importância dos militares no processo revolucionário. Eu acho que a origem social deles merece um estudo à parte. Se nós analisarmos os sargentos, vamos observar que a totalidade é de origem operária e camponesa, e muitos dos oficiais da classe média [...] o mais importante é aproveitar o fato de que eles comandam as tropas<sup>35</sup>.

Em artigo sobre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), João Quartim de Moraes também lembra a importante participação de militares na guerrilha urbana a partir de 1968, afirmando que, entre os militantes que pegaram em armas, encontravam-se sargentos, marinheiros revolucionários, militares oriundos do PCB ou da esquerda nacionalista, perseguidos pelo governo militar que assumiu o poder após o golpe de 1964. Segundo o autor, estes militares dissidentes foram duramente punidos, principalmente, por sua origem humilde e “[...] por terem abalado os fundamentos da disciplina e da hierarquia [...]”<sup>36</sup>.

## **O nacionalismo revolucionário (MNR, MAR e RAN)**

A primeira tentativa armada ocorreu em 26 de março de 1965, comandada pelo coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo sargento Alberi Vieira dos Santos, que havia deixado a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Com um pelotão de vinte homens, tomaram um quartel da cidade de Três Passos e, depois, a Rádio Difusora da mesma cidade. O coronel

Cardim fez um pronunciamento informando à população que o grupo desejava restituir a democracia e o poder constituído, que fora usurpado, e agia em nome dos ideais nacionalistas. Com o armamento conseguido, eles rumaram para a cidade de Tenente Portela.

Quem conta o episódio é um dos remanescentes desse grupo, Valdetar Antonio Dorneles, para o livro *Confidências de um guerrilheiro*, de Teobaldo Branco. Segundo ele, o grupo guerrilheiro acreditava que aconteceria um levante de 80 corporações pelo Brasil, pois o pessoal que aderira acreditava que, sob a liderança de Leonel Brizola, a reação iria partir do Sul. “Quando o coronel contou que era a revolução do Brizolatodo mundo se empolgou para ir junto”<sup>37</sup>. No dia do levante, houve uma ação sem retorno, pois eles aguardavam uma senha, que foi captada pela Rádio Guaíba de um comando nacional, de que a “Operação Touro Preto” deveria entrar em ação. Logo depois de saírem, chegou uma mensagem informando que tudo deveria ser suspenso, pois a inteligência do Exército descobrira o plano e já havia efetuado prisões; no entanto, era tarde; o levante se iniciara e eles prosseguiram.

O coronel Cardim planejava chegar até o Mato Grosso e tomar a Base Aérea de Campo Grande para se juntar às forças sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica, Emanuel Nicoll, e acreditava que ainda haveria adesões ao longo do percurso. Alcançaram o Paraná, onde foram presos. Apesar de se intitularem um grupo revolucionário, os objetivos eram restituir a democracia e a volta do presidente João Goulart e de Brizola.

O nacionalismo revolucionário dos militares foi encontrar sua expressão no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado basicamente por militares cassados. Em São Paulo, o grupo era dirigido pelo sargento Onofre Pinto, que recrutava as pessoas e as enviava para Montevidéu, de lá, iam fazer treinamento em Cuba. No Rio de Janeiro, os marinheiros Edson Neves Quaresma, Cláudio Ribeiro de Souza, Antonio Geraldo da Costa, Antonio Duarte, atuantes na AMFNB e depois expulsos da Marinha, também estavam se reorganizando. Depois do fracasso da coluna do coronel Cardim, o MNR estava precisando de ânimo<sup>38</sup>. Começaram os preparativos para iniciar a guerrilha de Caparaó.

Paulo Schilling apoiava o movimento e conta que muitas das armas transportadas para a serra eram da época anterior ao golpe, retiradas dos quartéis, pelos sargentos, para a resistência. O movimento contava com sargentos e marinheiros, dos quais alguns haviam retornado do treinamento em Cuba e dele participavam também alguns civis, estavam sob o comando de Leonel Brizola no exterior; no comando militar estavam o sargento Amadeu Felipe e o subtenente Jely Corrêa. Avelino Capitani era um dos que tinham voltado de Cuba e percebia que em Caparaó nem sequer a teoria do foco guer-

rilheiro estava sendo seguida. Eles não tinham movimentação, nem contato com o povo local. Ele havia aprendido em Cuba que o apoio do camponês era essencial para o êxito da guerrilha. Os armamentos também eram precários. Capitani tentou contato com os camponeses e se decepcionou; ele, que tinha conhecido a Revolução Cubana: “Não havia na alma daqueles homens da roça nenhum ranço de resistência, alguma revolta, alguma reivindicação. Era um conformismo total”<sup>39</sup>.

Em abril de 1967, os últimos integrantes do grupo que ainda permaneciam na área foram presos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O grupo de ex-militares que se dirigira para Caparaó ansiava insistir na luta interrompida com o golpe de 1964. Como, subalternos das Forças Armadas, os militares haviam representado a repressão do Estado contra o povo, eles tornaram-se dissidentes e foram para o mato instalar um foco guerrilheiro, como uma continuação do movimento dos sargentos. Caparaó: de uma pequena chama, para mostrar que havia gente lutando, só ganhou maior dimensão com a divulgação do movimento: “Caparaó cresceu na queda”, frase do sargento Jacques D’Ornellas. Ele não foi preso, pois não se encontrava na região quando o grupo foi descoberto. O movimento, que era praticamente desconhecido, ganhou então as manchetes da imprensa brasileira.

O MNR ainda continuaria em São Paulo. Vários marinheiros saíram do Rio de Janeiro e foram para aquele estado. Em 1968, tentaram se rearticular, mas já sem a colaboração de Brizola. O jornalista Flávio Tavares, que pertenceu ao grupo, afirma que, com a queda de Caparaó, Brizola abandonou totalmente a ideia de luta armada, pois sempre acreditou mais numa sublevação dos quartéis. Porém, era uma fase encerrada. Flávio Tavares passaria, então, para outro grupo surgido no presídio Lemos de Brito<sup>40</sup>. Alguns remanescentes do MNR foram para o exílio e o restante para outras organizações armadas que estavam surgindo.

O Movimento da Ação Revolucionária (MAR) surgiu em 1968 a partir de um grupo de marinheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, que cumpria pena pela participação na AMFNB, além do sargento Prestes de Paula, líder da Revolta dos Sargentos, preso desde 1963. O grupo já vinha articulando uma maneira de fugir, quando, no final de 1968, foram soltos José Duarte dos Santos e Pedro Viegas. Contava ainda com a participação de estagiários do curso de Direito que trabalhavam no presídio, do jornalista Flávio Tavares e de um grupo de trabalhadores da Companhia de Transportes Coletivos (CTC), conhecido como “Grupo Malet”, nome do bairro carioca onde o grupo se formara e tinha como chefe José Ferreira. Para a fuga, em maio de 1969, eles receberam ajuda em armas do capitão Lamarca, como também financeira: foram feitos alguns assaltos a bancos para organizar a evasão.



O processo BNM 414, de 1969, permite entender como vinha se organizando o sistema carcerário para manter os presos políticos e como escaparam: eles trabalhavam no setor administrativo e tinham contato com estagiários; com a ajuda deles e dos militantes que estavam fora da prisão, conseguem sair pela porta da frente. O processo apurou as circunstâncias da fuga com a prisão de alguns estagiários e militantes fugitivos posteriormente.

São denunciados oito militares, um civil e uma funcionária da penitenciária, acusados de organizarem uma célula comunista na suposta tentativa de reorganização do Partido Comunista, dissolvido por disposição legal. No Auto de Perguntas ao Indiciado, o marinheiro José Duarte afirma que alguns dos condenados não tinham saída juridicamente: “Marcos, Prestes, Duarte e Capitani, todos condenados e sem chance de libertação nos próximos dez anos; que a opção de luta armada vinha de há muito tempo desde o ‘Processo dos Marinheiros’, desde Caparaó e que a guerrilha estava sempre em pauta”<sup>41</sup>. Sobre a acusação de tentarem reorganizar o Partido Comunista, e perguntado se admitiam ser de esquerda, respondeu que não são comunistas e ‘se consideram revolucionários nacionalistas brasileiros.’”

Os autos do processo dão conta que Marcos Antonio era o chefe do grupo e conversava bastante com o estagiário Sérgio Lúcio, incentivando-o a se dedicar à causa dos militares e presos comuns. O contato entre os estagiários e os presos se estreitou porque os funcionários pouco trabalhavam, ficando o trabalho a cargo dos estagiários. O contato de fora era o “Dr. Falcão”, codinome de Flávio Tavares. Outro participante foi o marinheiro Antonio Geraldo da Costa, da organização armada Ação Libertadora Nacional (ALN), que veio de São Paulo para ajudar os companheiros do tempo da Associação.

A estratégia adotada pela acusação e pela Justiça foi a de absolver os réus que já cumpriam penas pela revolta de 1964, pois continuariam presos. Agindo assim não admitiam a criação de uma organização de esquerda dentro de um presídio do regime militar. O marinheiro Marcos Antonio, um dos dirigentes da Associação e líder do MAR, que fugiu na ação empreendida, foi assassinado em 1970. Havia se ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e foi baleado sem que lhe dessem voz de prisão. No final de 1969, os militantes do MAR aderiram a outras organizações ou foram para o exílio.

A Resistência Armada Nacional (RAN) foi criada no final de 1969, sob a liderança de Amadeu de Almeida Rocha, que tinha sido o dirigente urbano da guerrilha de Caparaó. Quando saiu da prisão, ele procurou antigos companheiros do MNR, principalmente os militares.

Amadeu Rocha acreditava na importância da participação dos militares na luta armada, então começou a contatar militares que estavam na ati-

va, pois afirmava que era importante trazer os militares nacionalistas para o movimento. A RAN adotava uma linha “nacionalista revolucionária e anti-imperialista”. A sua atuação começou em 1970 e propunha uma revisão nos caminhos da luta armada, porém, apenas em 1972, no dia 7 de setembro, a sigla foi adotada. A organização atuou até 1973. As informações obtidas sobre essa organização estão no processo BNM 701.

A proposta da RAN era conseguir a união das forças políticas em torno do nacionalismo; seus membros pensavam na formação de um governo autenticamente nacionalista e que:

[...] um governo assim teria que contar, inicialmente, com o apoio das Forças Armadas ou parte considerável delas; que assim explica o interesse da Organização em militares nacionalistas e o fato de sempre estarem atentos aos possíveis movimentos nacionalistas, liderados por oficiais do Exército; [...] a luta armada se insere no processo nacional e não é ação militar propriamente dita e sim um trabalho que se realiza para complementar outro [...]<sup>42</sup>.

A organização editava e distribuía o jornal *Independência ou Morte*, cuja tiragem era em grande parte enviada pelo correio. O jornal também buscava atingir o meio estudantil; participavam da RAN universitários, médicos, jornalistas, professores, além de militares. Muitos desses militantes, profissionais liberais, tinham vida legal, cargos em repartições públicas. Os contatos davam-se por meio de reuniões, apesar de terem feito algumas ações armadas. A organização procurava manter-se com doações em dinheiro dos militantes e simpatizantes. Em 1972 começa a editar a revista *Prisma*, sigla que significava: “Pensamento Revolucionário e Ideal Socialista Marxista” e que, segundo as alegações da procuradora Maria Marli Pereira, nos autos do processo judicial, contava com a colaboração de jornalistas e de escritores altamente politizados<sup>43</sup>.

A RAN se organizava em Grupos de Ação, os chamados “GAs”. Entre os militantes militares denunciados, encontrava-se o major Fernando Ryff Correia Lima, acusado de participação em reuniões e colaboração com o jornal. Também teria feito críticas ao manual de Marighella e tido contatos com o coronel Dagoberto Rodrigues, exilado no Uruguai<sup>44</sup>. Os outros militares denunciados foram os capitães-tenentes da Marinha José Miguel Camolez e Jarbas Barbosa Lopes, ambos na ativa.

No final do processo, os militares foram absolvidos, mas afastados da Marinha. O major Fernando Ryff, já afastado do Exército desde 1964, também foi absolvido. Do total de 34 denunciados, Amadeu Rocha foi condenado a 12 anos, e mais dois civis condenados, a 10 anos; o restante foi absolvido.

Apesar do processo longo, as provas praticamente não existiam: não se encontraram exemplares do jornal e da revista com os acusados, a Procuradoria se apoiava mais na participação da organização e contribuição em dinheiro. Após essas prisões, a RAN deixaria de existir.

## Da Polop à VPR, Colina e VAR-Palmares

A organização Política Operária (Polop) surgiu, em 1961, com uma análise que se afastava da visão do PCB, ou seja, da tese da aliança com a burguesia nacional. Em oposição ao PCB, passou a defender o caráter socialista da revolução, nos moldes do modelo soviético; portanto, ressaltou a importância da união de operários, camponeses e soldados.

O destaque na Polop era a participação dos militares de baixa patente. Logo após o golpe, a Polop começou a se organizar atraindo para o grupo cabos e marinheiros da extinta Associação de Cabos e Marinheiros, além de soldados e sargentos. Um dos apartamentos, em que se reuniam e também se escondiam vários marinheiros, foi descoberto pelo Cenimar, que prendeu cerca de 40 pessoas e obrigou os demais a se exilarem no Uruguai. O episódio foi chamado de “Guerrilha de Copacabana”<sup>45</sup>. A Polop foi a matriz de organizações como a VPR e o Colina.

A VPR surgiu em 1968, ano em que foi deflagrada a greve da Cobrasma, em Osasco. Com movimentos de massa, como essa greve, ocorrendo em pleno regime militar, o grupo de militantes do movimento operário de Osasco começou a pensar numa solução para continuar atuando, porque, depois desses acontecimentos, houve intervenção no Sindicato e a saída encontrada por eles foi a derrubada do regime pela via da luta armada, não mais bastando a luta sindical; o horizonte apontava para o socialismo. Todavia, como tomar o Brasil a partir de Osasco? Este era o problema colocado para o grupo.

O grupo era refratário às influências do PCB por este não haver preparado a reação armada em 1964 e ter se negado a fazer a autocrítica. Acabou se identificando com um grupo de dissidentes da Polop e militares cassados, do antigo MNR. Contou também com a adesão de um grupo de militares da ativa do 4º RI de Osasco, que, no ano seguinte, deixaria o quartel numa ação em que seus membros levaram uma boa quantidade de armas e munição. Entre eles estava aquele que seria a maior expressão da organização, o capitão Carlos Lamarca.

A VPR foi a organização que congregou o maior número de militares, num total de 23 militantes; assim, sempre pôde contar com esses militares à frente das ações armadas. Havia ainda aqueles militares que foram

identificados nos processos, quando a organização se uniu ao grupo Colina e passou a ser denominada Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares). Entretanto, estes militares acompanhariam o grupo que voltou à antiga VPR.

Muitos desses militares foram encontrados na análise dos processos, pois eles não constavam como militares em suas fichas. Isso se explica pelo rigor na aplicação das leis, principalmente em relação aos sargentos e suboficiais. Quando foram presos ou cassados em 1964, o foram na condição de militares, muitas vezes por companheiros de unidade que ficaram juntos em navios-presídios; e alguns responderam a processos, como o sargento Darcy, que foi reincorporado. É certo que tiveram dificuldades em encontrar uma colocação profissional, fato que levou muitos a serem recrutados para as organizações, como fazia o sargento Onofre Pinto.

Quando são presos novamente anos depois, para os órgãos de repressão e para a própria Justiça, eles não são mais militares e sim “perigosos terroristas”, motivo pelo qual muitas vezes não declaravam a condição de militar. De militares cassados, passaram a militares guerrilheiros e, nesse caso, a condição de militar só serviria como agravante.

A VPR duraria até 1973, quando foi liquidada por causa da infiltração de um de seus quadros militares, o marinheiro José Anselmo, que passou a colaborar com a repressão. Os primeiros militares presos ainda saíram vivos do país por meio dos sequestros de embaixadores, mas a maioria foi assassinada, como o capitão Lamarca, José Raimundo da Costa e outros que ainda estão desaparecidos, entre eles, o marinheiro Edson Neves Quaresma e o sargento Onofre Pinto. Alguns dos nossos entrevistados contam que também participaram muitos marinheiros dos quais não se tem notícia.

O grupo Comandos de Libertação Nacional (Colina), assim como a VPR, contou com militantes que deixaram a Polop e foram bastante atuantes em Minas Gerais. No Colina foram identificados cinco sargentos: João Lucas Alves, Severino Viana Colou, Valdivo de Almeida, Roil de Noronha Soares e José Alves da Silva. Da documentação pesquisada, destaca-se a história do 2º sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, assassinado logo após a edição do AI-5, depois de ter sua prisão formalizada e já recebendo visitas, contrariando a ideia de que, depois de apresentado à Justiça, o preso tinha garantia de vida. Nos autos dos processos, constam fotos da cela, roupas e de João Lucas morto.

O sargento foi preso pelo Setor de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal, depois de um telefonema denunciando um movimento de pessoas que frequentavam a casa em que ele morava. Os agentes que o prenderam logo perceberam que o material en-

contrado, segundo a denúncia do procurador da Justiça Militar, destinava-se “a abalar a Segurança Nacional” e João Lucas era um ex-sargento cassado pela “revolução”<sup>46</sup>.

No mesmo processo, também é denunciado o 2º sargento reformado do Exército, José Mendes de Sá Roriz, que havia participado da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e reformara-se em virtude de sequelas de quando fora ferido no campo de batalha. Apesar de afastado, ele era membro do Conselho Deliberativo do Clube dos Segundos Tenentes e Sargentos do Exército e também pertencera ao MNR; e foi preso pelos contatos que mantinha com João Lucas. José Mendes foi morto após 17 dias de prisão no DOI-Codi do Rio de Janeiro.

A VAR-Palmares nasceu em 1969, da união do grupo Colina com a VPR, e duraria pouco tempo. No período dessa união, a organização cresceu e se expandiu por vários estados. Foi durante um congresso na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, que houve o chamado “racha dos sete”, quando sete militantes, em sua maioria militares, decidiram se retirar e voltar à antiga sigla VPR. Na VAR permaneceriam os militantes da antiga Polop que formavam o Colina. Grande parte dos militares da organização (VAR) era proveniente da VPR, daí o número significativo de militares processados.

O que chama atenção no processo BNM 95, referente à VAR, são os militantes militares que atuavam dentro dos quartéis, ou seja, na ativa. Na Força Pública de São Paulo, havia vários militares de esquerda que não foram cassados em 1964 e continuaram em atividade, muitos deles pertencentes ao PCB, que só seriam presos em 1975. Os que foram processados nesse BNM 95 não faziam parte desse grupo, mas foram presos como integrantes da VAR, em 1969. São os capitães Wanio José de Mattos, Adelino Ramos dos Santos e Alaor Silva Brandão.

De acordo com as informações do processo BNM 95, o capitão Wanio já vinha sendo observado há algum tempo. Quando um militante da VAR foi preso com um bilhete para Lamarca, assinado por “Valdir”, eles tiveram a certeza de que alguém de dentro da polícia estava colaborando com a VAR. Compararam as letras com os relatórios e confirmaram a participação dele. Os outros dois capitães presos negaram a participação e Wanio assumiu que apenas ele pertencia à organização, mas, no bilhete, afirmava que seu grupo se resumia a três componentes com dificuldade de contatos. O capitão Wanio pertencia ao setor de inteligência da VPR, depois VAR, passava informações sobre o moral da tropa e se esta poderia atuar em favor da organização<sup>47</sup>.

Pelo que se pode analisar por meio dos processos, e principalmente pelas entrevistas com militares, havia um contato deles com militares da ativa, e muitos deles não foram identificados pelos órgãos de repressão. Existia a ideia

de que, num estágio mais avançado da luta armada, pudesse se contar com esses contingentes. O capitão Wanio foi denunciado, mas foi trocado pelo embaixador da Suíça e seguiu para o Chile, onde viria a morrer em 1973 após o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende. As circunstâncias de sua morte ainda são envoltas em mistério.

## Dissidências do PCB: ALN e MR-8

Em contraposição ao modelo do PCB, a ALN estruturou-se mais militarmente, o que caracterizava as novas organizações de esquerda. Iniciou fazendo uma série de ações armadas na cidade com o objetivo de implantar a guerrilha rural. Inspirava-se na revolução cubana, mas procurava adaptá-la à realidade brasileira. Também não defendia uma revolução socialista imediata, guardando ainda uma influência do PCB, e acreditava na necessidade de uma etapa anterior, com uma revolução de libertação nacional. Na ALN não havia grande número de militares. Muitos de seus militantes foram fazer treinamento em Cuba, ao contrário da VPR, a qual preferia treinar seus quadros no Brasil.

Um dos militares que podemos destacar é o sargento José Milton Barbosa. Nos processos há poucas informações sobre ele. Julgado à revelia por participação em várias ações armadas, foi condenado a 12 anos de reclusão e era muito perseguido e odiado pela repressão. Sabia que não seria poupado caso fosse preso. Importante lembrar: ele tinha dois agravantes – atuava no Grupo Tático Armado e fora do Exército. Também participou do sequestro do embaixador da Alemanha, havia pertencido ao PCB e acompanhou a dissidência ingressando na ALN. Foi assassinado num cerco no bairro do Sumaré, em São Paulo<sup>48</sup>.

A base da organização Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) era a dissidência estudantil do PCB que formou a DI Guanabara. A sigla MR-8 ficou nacionalmente conhecida quando a organização participou, com a ALN, do sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Apesar dessa ação, seus membros adotavam uma linha mais teórica e, ao contrário da ALN, acreditavam no caráter socialista da revolução. Em 1971 a organização recebeu militantes da VPR, entre eles o capitão Lamarca, e decidiu que era importante um recuo nas ações armadas na cidade e iniciou atividades no sertão baiano, na região de Brotas de Macaúbas. Entretanto, uma série de prisões acabou atraindo a atenção dos órgãos repressivos, e o MR-8 foi desbaratado na Bahia, onde foram assassinados o capitão Lamarca e mais três militantes<sup>49</sup>.

A pesquisa BNM apresenta apenas dois militares na organização: o soldado Nathan Candido dos Santos e o sargento da Aeronáutica João Lopes Salgado. Nos processos referentes a João Salgado, ele é apenas citado, pois não chegou a

ser preso e se exilou no Chile. O sargento João Lopes Salgado fazia os contatos com os militantes da Bahia e da Guanabara e, no início de 1971, foi deslocado para aquele estado com o objetivo de fazer o trabalho de campo<sup>50</sup>. Ele deixou a Aeronáutica em 1968 espontaneamente, pois a unidade em que servia no Rio de Janeiro tornou-se um centro de torturas, já estudava medicina e começou a participar do Centro Acadêmico, vindo a ingressar no MR-8<sup>51</sup>.

O BNM 645 é um processo do MR-8 em conjunto com a ALN e trata do sequestro do embaixador dos Estados Unidos. As informações sobre João Salgado apontam que ele iniciou a militância na DI-Guanabara. Foi presidente do Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual da Guanabara (UEG)<sup>52</sup>. Participou ativamente do sequestro do embaixador, fez reconhecimento para a operação e era o chefe do grupo da Guanabara<sup>53</sup>. Após a libertação do embaixador, seguiu-se uma feroz repressão e João Salgado foi um dos poucos que não foi preso. O MR-8 existiria até 1972, quando quase todos os integrantes partiram para o Chile.

Concluindo, qual é o significado da participação dos militares, inicialmente nas suas associações e nas lutas político-sociais dos anos 1960 e no posterior engajamento na luta armada? Ao se afastarem da identidade militar presente desde sua formação, os militares vão aderir a uma identidade ideológica numa luta mais ampla, em grupos heterogêneos, compostos de vários segmentos das classes sociais civis. Entretanto, a marca da instituição castrense permanecerá: ser militar é algo definitivo na vida desses sujeitos sociais.

Nas palavras do marinheiro Avelino Capitani: “[...] sonhávamos com a pátria latino-americana, me via como um soldado latino-americano”<sup>54</sup>. Essa ideia do soldado está ligada a um projeto revolucionário, a uma origem social que os remete ao povo, pois, ao deixarem a identidade militar por uma identidade ideológica, a contradição converge para a figura do soldado da revolução. Outro marinheiro, Amarantho Jorge, também afirmava: “se os soldados não são patriotas, os patriotas têm que ser soldados”. O sonho da pátria socialista não se concretizou, mas os militares de esquerda contribuíram com a experiência de sua luta, ao deixarem as Forças Armadas e se unirem à luta armada pela defesa do povo, para a qual acreditavam terem sido formados. Fazem parte não só da história da esquerda, como também da história das Forças Armadas do Brasil.

## RESUMO

---

Este artigo apresenta um estudo sobre militares que participaram da luta armada contra o regime militar no Brasil. A organização desses militares dissidentes está inserida num movimento maior, anterior ao golpe civil-militar, e tem seu auge na campanha pela legalidade, em 1961, quando os ministros

militares tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Com a deposição do presidente em 1964, segue-se intensa repressão nos meios militares, com milhares de oficiais e subalternos cassados das fileiras das Forças Armadas. Nos anos seguintes, parte desses militares vai se engajar na luta armada, nas várias organizações que surgem ou que se rearticulam a partir das já existentes no período anterior, como a Ação Popular (AP) ou a Polop.

## PALAVRAS-CHAVE

Ditadura militar; luta armada; militares de esquerda.

*Left-wing military: political participation and engagement in armed struggle.*

## ABSTRACT

This article presents a study on military personnel who participated in the armed struggle against the military regime in Brazil. The organization of these military dissidents is inserted into a larger movement that predates the civil-military coup, and has its heyday in the campaign for legality in 1961, when the military ministers attempted to prevent the inauguration of vice president João Goulart. With the deposition of the president in 1964, followed intense military repression, with thousands of officers and underlings disenfranchised from the ranks of the armed forces. In the following years, some of these military will engage in armed struggle in various organizations that arise or that re-articulate from already existing in the previous period, as Popular Action (AP) or Polop.

## KEYWORDS

Military dictatorship; armed combat; left-wing soldiers.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo aborda aspectos estudados nos capítulos 2 e 3 de minha tese de doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Contato da autora: wimaciel@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Entrevista concedida à autora em 6.9.2008, na cidade de Bauru/SP.

<sup>3</sup> Entrevista concedida à autora em 25.7.2009, na cidade de Petrópolis/RJ.

<sup>4</sup> Citado em COSTA, José Caldas. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 49-50 e SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. I – Os protagonistas*. Tradução de Cláudia Schilling Sancho. São Paulo: Global, 1979, p. 87.

<sup>5</sup> A respeito do posicionamento do III Exército, do desenrolar dos acontecimentos e de que o golpe começava a se deteriorar a partir do Rio Grande do Sul, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 372-389.



- <sup>6</sup> Entrevista concedida à autora em 22.7.2009, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- <sup>7</sup> CALDAS, José Caldas. *Op. cit.*, p. 61.
- <sup>8</sup> CALDAS, José Caldas. *Op. cit.*, p. 60-61.
- <sup>9</sup> Entrevista concedida à autora em 22.7.2009.
- <sup>10</sup> Entrevista concedida à autora em 6.9.2008.
- <sup>11</sup> PARUCKER, Paulo E. C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 103.
- <sup>12</sup> BNM 140, fl. 5-6.
- <sup>13</sup> BNM 140, fl. 75.
- <sup>14</sup> BNM 140, fl. 783.
- <sup>15</sup> BNM 140, fl. 784.
- <sup>16</sup> CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 29-31.
- <sup>17</sup> Citado em RODRIGUES, Flávio Luís. A revolta dos marinheiros de 1964. Uma história mal contada. In: SILVA, Marcos (Org.) *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006, p. 47.
- <sup>18</sup> CAPITANI, Avelino. *Op. cit.*, p. 69. Sobre esses abalos da estrutura hierárquica é importante a ponderação de Nelson Werneck Sodré, pois o que estava acontecendo nas associações de marinheiros já vinha acontecendo “[...] desde 1954: as reuniões francamente subversivas realizadas nas associações de oficiais, por exemplo, onde se pregava abertamente a subversão da ordem e a deposição da autoridade máxima do presidente da República [...] aceitar que a indisciplina pertenceu apenas aos escalões inferiores, antes daquele ato de força [o golpe militar], é contrariar a verdade de maneira frontal.” SODRÉ, N. W. *Op. cit.*, p. 393 e 395.
- <sup>19</sup> BNM. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 123.
- <sup>20</sup> Citado em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 319-320.
- <sup>21</sup> COSTA, José Caldas. *Op. cit.*, p. 94.
- <sup>22</sup> Entrevista concedida à autora em 18.10.2008, na cidade de Jacupiranga/SP.
- <sup>23</sup> Entrevista concedida à autora em 6.9.2008.
- <sup>24</sup> *Idem*.
- <sup>25</sup> D'ARAUJO, Maria Celina et al. (Org.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994, p. 84. As memórias dos militares sobre o golpe mostram uma preocupação com os movimentos dos subalternos; pode-se considerar que esses teriam sido o pretexto que desencadeou o golpe, que já vinha sendo preparado.

<sup>26</sup> FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 105.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>28</sup> Em 1978, no ensaio “A concepção reacionária do radicalismo”, Florestan Fernandes afirma que é preciso lutar contra as ideias conservadoras que continuam a definir o que é radicalismo e a tratá-lo como caso de polícia, porque estaria impedindo os caminhos democráticos. “Que democracia é essa que tem medo do radicalismo inerente à participação popular, à objetividade das ciências sociais ou ao civismo típico das classes trabalhadoras? Os estratos mais obscurantistas da burguesia e seus porta-vozes no governo ditatorial defendem seus interesses de classe quando associam o radicalismo a riscos potenciais de desestabilização política [...]”. FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 132.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 298 e 313. Para uma análise sobre a ideologia desse modelo de desenvolvimento de capitalismo associado e dependente, consultar: RAGO, Antonio Filho. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

<sup>30</sup> Entrevista concedida à autora em 6.9.2008.

<sup>31</sup> *Idem*.

<sup>32</sup> Entrevista concedida à autora em 15.3.2008 na cidade de São José dos Campos/SP.

<sup>33</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993, p. 210-211.

<sup>34</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: A trajetória da Polop. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações políticas dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 208, v. 5.

<sup>35</sup> REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 185.

<sup>36</sup> MORAES, João Quartim. VPR: Os leninistas e os outros. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 228.

<sup>37</sup> BRANCO, Teobaldo. *Confidências de um guerrilheiro*. Caxias do Sul: Maneco, 2008, p. 83.

<sup>38</sup> DUARTE, Antonio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005, p. 77-80.

<sup>39</sup> Citado em COSTA, José Caldas. *Op. cit.*, p. 152.

<sup>40</sup> DA RIN, Silvio. *Hércules 56 – O sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 154-155.

<sup>41</sup> BNM 414, fl. 301.

<sup>42</sup> BNM 701, fl. 241.

<sup>43</sup> BNM 701, fl. 2.223.

<sup>44</sup> BNM 701, fl. 181-183.

<sup>45</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop. *Op. cit.*, p. 207.

<sup>46</sup> BNM 29, fl. 3.

<sup>47</sup> BNM 42, fl. s/n. V. 11.

<sup>48</sup> DOSSIÊ DITADURA. *Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 291-292. Sobre José Milton Barbosa, ver depoimento de sua mulher, Linda Tayah, militante da ALN, no livro: CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

<sup>49</sup> MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999, p. 393.

<sup>50</sup> BNM 192, fl. 421.

<sup>51</sup> Informações passadas por telefone. João Salgado mora no estado do Tocantins e só o localizamos no final da pesquisa.

<sup>52</sup> BNM 645, fl. 1431.

<sup>53</sup> BNM 645, fl. 1310.

<sup>54</sup> Entrevista a Denise Rollemberg. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo AEL, e declarações no documentário *Caparaó*, de Flávio Frederico.